



DESDE A GEOGRAFIA DA INFÂNCIA A CONSTRUÇÃO DE UMA CARTOGRAFIA VIVENCIAL/ SOCIAL

Brenda Martoni Mansur Corrêa da Costa

RESUMO

O presente artigo propõe, uma reflexão de trabalho e pesquisas realizadas desde a graduação, mestrado até o presente momento, partindo do campo de estudo da Geografia da Infância, que tem por objetivo buscar as relações das crianças com os espaços por elas ocupados, suas relações de vivências e experiências nesses espaços e suas potencialidades de autoria e criadora. Assumindo assim, que as crianças apresentam diferentes infâncias e se relacionam nos diferentes espaços sociais como: praças, parques, escola e casa, espaços esses escolhidos sob uma lógica adultocêntrica, que por vezes deixam de lado a opinião e a escolha da criança. Mesmo na incompletude das escolhas as crianças estabelecem suas relações e suas vivências segundo suas lógicas próprias percebidas em suas narrativas, representações e brincadeiras. O referencial teórico deste trabalho tem como base a Teoria Histórico Cultural de Vigotski, que propõe um entendimento das diferentes infâncias sendo resultante das diferentes vivências culturais das crianças e considerando assim as diferentes culturas, histórias e geografias. Portanto a proposta desenvolvida por Vigotski e seus colaboradores apresentam alguns conceitos centrais e fundamentais para a compreensão do processo de humanização abarcado por essa teoria, entre eles destacamos o conceito de vivência e como essas vivências assumem formas e cartografias próprias através de uma lógica social que muitas vezes são invisibilizadas.

Palavras-chave: Geografia da infância, mapa vivencial e cartografia social.

GEOGRAFIA DA INFÂNCIA

Nos últimos anos, tem-se observado em diversas áreas de estudos um intenso debate acerca da criança e da infância. Ao ocupar um lugar central nas pesquisas as crianças passam a ser vistas como “sujeitos sociais e competentes para dizer de si mesmas” (LOPES, 2014. p.02), dos locais e espaços que fazem parte de seus cotidianos e de suas territorialidades rompendo a visão adultocêntrica. Lopes afirma que elas “nascem em paisagens preexistentes, vivenciam territórios, lugares e outras dimensões espaciais que são expressões do espaço geográfico”. Repleto de complexidades e diversidades.

A partir das discussões efetuadas no GRUPEGI (Grupo de Pesquisa e Estudos em Geografia da Infância), dizer que um sujeito nasce em espaços geográficos significa dizer que ele está num espaço-tempo historicamente situado, ou seja, infere-se que há uma unidade entre “a criança e meio” (Vigostki, 2010, p. 682.) representada pela vivência, como uma unidade e união indivisível. Do aspecto social existente, há a produção do novo, a criação da cultura.

Porém, não é suficiente apenas reconhecer a Infância como categoria e a criança como ser social geracional, partindo de diferentes contextos sociais, é preciso ouvir suas vozes, suas narrativas, suas vivências. Por isso é importante de se estudar/pesquisar as diferenças da infância desenvolvida nos hemisférios Norte e Sul, os diversos grupos e comunidades, urbanas, rurais, indígenas e quilombolas.

A criança é um sujeito com uma linguagem específica, singular; ela entende, cria o mundo, dentro de uma lógica própria, relacionada com “as condições que estão à sua volta, nas quais se encontra” (VIGOSTKI, 2001, apud PRESTES, 2012, p. 212).

Considerando a afirmativa de Vigostki e os estudos realizados no GRUPEGI, buscam compreender as crianças que vivem nas comunidades tradicionais, de crianças com deficiência visual e baixa visão, autistas, com o intuito de tornar visível nas pesquisas e discussões realizadas nos espaços da academia em um contexto da educação e da Geografia.

Criança e Infância passaram a serem temas discutidos em investigação e pesquisa em diversas áreas de conhecimento, sob várias perspectivas como: o brincar e o educar nos contextos familiar e institucional e em relação ao cronotopo (tempo-espaço). Contudo, ao pesquisar a história da infância nos primórdios da sociedade brasileira

percebe-se pouco ou quase nada de informação sobre a vida das crianças indígenas, negras, a não ser os capítulos em que se descrevem o processo da colonização.

Dentre os aportes teóricos, busco subsídio na Geografia da Infância, área de pouca tradição de estudos no Brasil, na qual Jader Janer Moreira Lopes tem se debruçado. O referido autor relata que “a Geografia da Infância busca compreender as crianças e suas infâncias, tendo como ponto de partida essas espacialidades, as configurações que dela emanam” LOPES (2016, p.02).

Compreender as vivências culturais estabelecidas cotidianamente pela criança no seu local é tão importante quanto dos seus pares e/ou cuidadores, dessa forma Corsaro reforça que

[...] as crianças não se desenvolvem simplesmente como indivíduos, elas produzem coletivamente culturas de pares e contribuem para a reprodução de uma sociedade ou cultura mais ampla [...] É particularmente importante a ideia de que as crianças contribuem com duas culturas (a das crianças e a dos adultos) simultaneamente.
(Corsaro, p. 94-95)

Essas interações sociais, tanto entre pares quanto intergeracionais, estabelecem uma rotina “de produção, exibição e interpretação de conhecimento, de valores e de crenças sociais” (CORSARO, 2011, P. 36), que ocorrem dentro de uma dimensão territorial, numa unidade entre o meio e o sujeito representada pela vivência.

Permeando essa discussão, Vigotski (2010), traz o conceito de *Perejivanie*, “vivência”, citado por LOPES (2012)

[...] uma unidade na qual, por um lado, de modo indivisível, o meio, aquilo que se vivencia está representado - a vivência sempre se liga àquilo que está localizado fora da pessoa - e, por outro lado, está representado como eu vivencio isso, ou seja, todas as particularidades da personalidade e todas as particularidades do meio são apresentadas na vivência, tanto aquilo que é retirado do meio, todos os elementos que possuem relação com dada personalidade, como aquilo que é retirado da personalidade, todos os traços do seu caráter, traços constitutivos que possuem relação com dado acontecimento. Dessa forma, na vivência, nós sempre lidamos com a união indivisível das particularidades da situação representada na vivência. (VIGOTSKI, 2010 apud LOPES, 2012, p. 157)

Buscando ampliar o diálogo da importância de vivência, Lopes (2016, p. 02) afirma que “as crianças nascem em paisagens preexistentes, vivenciam territórios, lugares e outras dimensões espaciais que são expressões do espaço geográfico”.

Não podemos negar que a história dos grupos tais como deficientes, autistas e comunidades tradicionais tem vivenciado um processo marginalizado e de uma vivência

que se naturalizou ao longo do tempo e como isso continua afetando negativamente a formação da identidade das crianças que vivenciam mais diretamente com essa realidade.

Para fundamentar tais questões busco suporte nas formulações de Vigotski na Teoria Histórico-Cultural, em que são propostas novas relações entre o que é social e o que é individual no desenvolvimento humano.

Assim a concepção da infância está relacionada às formas de intervenção social, seja no plano econômico, político, cultural ou educacional e inseridas em práticas de regulação e controle segregacionista com marcas de exclusão, como afirma Santos (2016):

Expressas, dentre outras maneiras, em formas veladas ou explícitas de preconceitos, na negação ou amenização do racismo ou no silenciamento dos espaços privados e públicos em relação às temáticas que envolvem, por exemplo, as populações negras brasileiras”. (SANTOS, 2016, p.186).

A opção pelos sujeitos da pesquisa, crianças sejam autistas, indígenas, ribeirinhas, quilombolas entre outras. Dialogando nessa lógica Vigostki (2010) afirma,

De forma mais precisa, mais exata, o que nós podemos dizer a respeito dos exemplos que vimos quando discutimos as crianças é que os elementos existentes para determinar a influência do meio é a vivência. Vivência de uma situação qualquer, a vivência de um componente qualquer do meio determina qual influência essa situação ou esse meio exercerá na criança. Dessa forma, não é esse ou aquele elemento tomado independentemente da criança, mas, sim, o elemento interpretado pela vivência da criança que pode determinar sua influência no decorrer de seu desenvolvimento futuro. (Vigostki. 2010. p. 684).

Nós leva a compreender as relações do cuidar e educar dessas crianças a partir das experiências do coletivo, das relações com as tradições e da ancestralidade, é ressaltar a importância de todas as etapas da infância da criança, seja de qual povo, grupo ou comunidade, é valorizar a voz desse sujeito negligenciado que ocupa o lugar que os adultos lhe reservam e seguem a lógica dos apelos da sociedade vigente, Lopes e Vasconcellos (2005) relatam que toda

Criança é criança de um local; de forma correspondente, para cada criança do local; existe também um lugar de criança, um lugar social designado pelo mundo adulto e que configura os limites de sua vivência. As crianças, ao apropriarem-se desses espaços e lugares, reconfiguram-nos, reconstróem-nos e, além disso apropriam-se de outros. (LOPES E VASCONCELLOS, 2005. p. 39).

Buscando assim uma valorização da identidade sociocultural de indivíduos. Essas identidades que vão além da cor da pele ou da posse pelo território, ela é uma construção de formação e de transformação que ocorre através de um processo histórico, dinâmico,

híbrido e social que deve ser entendido como múltiplo e plural. As formas de organizações territoriais, as experiências do coletivo, as relações com as tradições e a ancestralidade, precisam ser resgatadas e perpetuadas. A. Besançon ressalta que "a criança não é apenas o traje, as brincadeiras, a escola, nem mesmo o sentimento da infância ...ela é uma pessoa, um processo e uma história". (apud ARIÉS, 1981, p.13)

Nesse campo de estudo, a integração entre a criança e o meio e o seu papel de autor e criador de interpretar e construir a cultura, desde uma organização interna de afirmação do seu "eu" no mundo, possibilitando uma reformulação na própria cultura. Dessa forma defendemos que a infância, ela se forma a partir de um espaço e um tempo, que marcam a identidade de cada criança em sua individualidade. Através dos mapas vivenciais, podemos compreender como se desenvolve o protagonismo infantil das crianças de diversas origens na produção desses espaços e a sua relação no espaço no qual estão inseridas.

Para Vigotski (1996), a situação social e as especificidades do ser humano (criança, adolescente, jovem e adulto) formam uma unidade e, portanto, perejivânie não diz respeito simplesmente a uma particularidade da pessoa e nem ao ambiente social em que ela se encontra, mas à relação entre os dois. Tal processo se explica porque ambiente social não existe em absoluto; ao contrário, ambiente social tem sentidos diferentes para o ser humano. Ou seja, mesmo vivendo na mesma situação social, cada uma terá sua perejivânie (vivência) de modo diferenciado.

Dessa forma a perejivânie (vivências) revelam processos de "formação pela personalidade da sua relação com as situações da vida, a existência em geral com base nas formas e valores simbólicos transformados pela atividade interna, emprestados da cultura e devolvidos a ela". Perejivânie (vivência) portanto, vista como situação social de desenvolvimento liga-se ao processo de significação, ou seja, aos significados e sentidos que os homens produzem sobre dada realidade:

A perejivânie é a unidade sobre a qual é difícil dizer se representa a influência do meio sobre a pessoa ou uma peculiaridade da própria pessoa. A perejivânie constitui a unidade da personalidade e do entorno tal como figura no desenvolvimento. Portanto, no desenvolvimento, a "unidade dos elementos pessoais e ambientais se realiza em uma série de diversas vivências da criança". (VIGOTSKI, 1996, p. 383).

CARTOGRAFIA ESCOLAR

Para melhores entendimentos e diálogo com os autores que discutem a geografia da infância, é preciso alguns esclarecimentos a acerca da cartografia, que teve sua origem na necessidade do homem em apontar, no espaço, lugares em que haviam recursos, a fim de se tornar uma ferramenta de orientação no espaço geográfico. Desde os povos antigos, há a preocupação com o reconhecimento do território, e para isso foram desenvolvidos os primeiros mapas.

Ao longo do tempo, a Cartografia foi sofrendo modificações:

O aprimoramento da cartografia, além de outros pressupostos, teve forte participação na consolidação da geografia. A navegação, a economia global de então, a exploração dos territórios coloniais, a possibilidade de representação dos fenômenos observados e a própria imprensa colaboram para esta efetivação. (MARTINELLI, s/d. p.3)

Entende-se por cartografia a ciência que trata da percepção, produção, utilização e estudo dos mapas, portanto, também é uma forma de linguagem, na qual quem confecciona o mapa está encarregado de transmitir uma mensagem ao leitor. A cartografia é ensinada desde as séries iniciais e chega até ao nível de pós-graduação adaptando-se ao nível de complexidade. As crianças ao iniciarem a alfabetização cartográfica já devem ter um conhecimento prévio sobre o conceito de mapa e elementos cartográficos.

Sendo assim, a cartografia escolar assume a importância de trazer implicações com o desenvolvimento do sistema econômico e político capitalista, e seu papel em diferentes países do ponto de vista tradicional como o crítico.

Nos espaços educativos, a linguagem cartográfica pode fazer parte dos processos comunicativos, tendo em vista que o uso da linguagem gráfica representada por signos proporciona a realização de operações que serão racionalizadas pelos próximos alunos até que compreendam o significado dos signos e os associem novamente ao fenômeno da realidade vivida.

O uso da linguagem cartográfica nos espaços educativos de geografia busca propor uma sequência didática de atividades na busca de uma aproximação com a linguagem e a cartografia, portanto, nesses espaços são exploradas as elocuições semióticas que constituem os conhecimentos da cartografia.

As concepções históricas entre professor e aluno são parte de um processo dialógico, e estes são momentos ricos em diferentes tipos de relações.

Nesta se compreendem que o aluno poderá, em um ensaio orientado pela meta de formação de conceitos, adquirir ferramentas intelectuais que permitam ele compreender a realidade espacial que o cerca, na sua complexidade, nas suas contradições, com base na análise de sua forma/ conteúdo e de suas historicidades. Compreendendo o seu lugar e os territórios formados em suas proximidades, com uma especialista, o aluno terá uma convicção de que

aprender elementos do espaço é importante para compreender o mundo, pois ele é a dimensão constitutiva da realidade, e estará, com isso, mais motivado para estabelecer com os conteúdos apresentados uma realidade de cognição, colocando-se como sujeitos de conhecimento. (CAVALCANTI, 2015, p.163-164)

Dessa forma, nos espaços educativos de Geografia, ocorre mais que uma transferência de conteúdo, pois é um processo dialógico no qual as mediações com os alunos passam a desenvolver o modo de pensar o espaço e as relações que neles se desenvolvem, beneficiando, assim, o processo cognitivo do aluno e todas as suas dimensões humanas.

Na fase inicial de aprendizagem, objetiva-se a criança se envolva com o tema abordado, e, assim, que seja possível diagnosticar o nível de compreensão desses sujeitos sobre o assunto dos mapas, espaço e sua relação com eles. Segundo Martinelli (2014), os mapas são meios de informação que se constituem como instrumentos de reflexão e de desenvolvimento verdadeiro do conhecimento.

Assim, passa-se a compreender que o mapa contribui para a vivência geográfica. O uso da linguagem cartográfica no processo de ensino e aprendizagem permite que os alunos construam um conceito e potencializem o pensamento espacial.

Para Richter (2010), a relação entre linguagem e a expressão do conceito possui grande relevância na prática pedagógica, já que os conteúdos escolares derivam dos conceitos que definem e especificam a própria geografia.

Castellar (2011) aponta que quando o aluno consegue ir além da identificação do fenômeno no mapa, sendo capaz de interpretá-lo e utilizá-lo no cotidiano, ele foi capaz de se apropriar do conceito representado. No entanto, este processo não é simples, tendo em vista que a comunicação cartográfica se dá pelo uso da linguagem gráfica representada pelos signos, e para realizar a leitura do mapa é fundamental a compreensão dos símbolos e seus significados. Dessa forma, é estabelecida uma reciprocidade para compreender a linguagem cartográfica, uma vez que é preciso compreender os conceitos da geografia e vice-versa.

Segundo Breda (2017), atualmente podemos separar duas formas de compreensão da linguagem cartográfica. A primeira delas é a alfabetização cartográfica que se refere ao conhecimento e ao domínio do alfabeto e da lógica dos mecanismos do uso do sistema gráfico vigente. O segundo é o letramento cartográfico que trata do reconhecimento da representação espacial imbricado no uso sociocultural, o que quer dizer que há muitas formas de representar o espaço.

Esta ideia de alfabetização na perspectiva do letramento assumiu que o este não permeia a aprendizagem do alfabeto e do sistema cartográfico predominante, estabelecendo sempre que possível a relação das variações das representações espaciais existentes.

As atividades pensadas com o objetivo de letramento criam caminhos para que o aluno possa dominar a linguagem cartográfica e, conseqüentemente, assegurar a autonomia na leitura e interpretação dos mapas.

Para que este objetivo seja alcançado, são propostos jogos no ambiente das salas de aula, visando trabalhar o conteúdo escolar, evitando a competitividade negativa e que os alunos não busquem apenas superar as dificuldades dos desafios, mas agregar conhecimento a fim de obter o desenvolvimento e as competências e habilidades da Geografia, como a correlação e a análise/localização. (BREDA, 2017, s/p)

A cartografia escolar trabalhada nas aulas de Geografia apresenta um papel indispensável no processo de ensino e aprendizagem, mostrando que o uso da linguagem cartográfica é essencial na formação de sujeitos e possibilita usar representações para compreender os fenômenos geográficos e como um instrumento de luta.

Construir e ler mapas em diferentes formas e perspectivas possibilita o reconhecimento do espaço para além de suas estruturas ou concepções, ampliando a leitura espacial dos indivíduos sobre o território que ocupam.

Assim, a contribuição aqui apresentada seguirá as orientações para o uso da Cartografia Social no campo da Geografia. Essa é uma abordagem que trabalha com a elaboração de mapas participativos de cunho social, buscando uma nova perspectiva e uma nova linguagem.

A Geografia como campo de conhecimento deve ser encarada como uma parte fundamental na formação de sujeitos e cidadãos, em função da compreensão socioespacial do mundo que ocorre quando trabalhamos as diferentes vivências e linguagens geográficas potencializando a afinidade e o raciocínio espacial dos alunos.

Dessa forma, ao trabalhar com as diferentes linguagens da Geografia, estamos fazendo uma relação com os fundamentos teórico-metodológicos da ciência geográfica, pois mais do que uma busca por materiais para trabalhar os conteúdos em diferentes contextos escolares, os professores dessa disciplina devem possibilitar que os alunos façam análises espaciais mantendo-se aberto a ouvir suas diferentes vivências buscando novas linguagens. Assim como a cartografia utilizada no campo Geografia deve levar a criança a compreender o registro sobre o espaço, reforçando que na escola o professor deve desenvolver a aprendizagem espacial da criança.

Ressaltando também, que o mapa é um meio de transmissão de informações que possibilita que os alunos tenham uma leitura crítica da realidade através dos símbolos e signos cartográficos. Portanto, os trabalhos com os mapas não devem acontecer apenas do modo ilustrativo, mas seu uso deve levar as pessoas a pensarem seus espaços geográficos, seus territórios, suas paisagens e lugares.

Deve-se possibilitar aos alunos o reconhecimento dos fenômenos geográficos que estão representados no mapa. Segundo Castellar (2011, p.122), “[...] quando assumimos que a linguagem cartográfica é uma estratégia de ensino ou um procedimento, não estamos desconsiderando que ela também seja uma técnica, mas que para o ensino, mas que para o ensino é uma linguagem importante.”

Sendo assim nos levando a afirmar que a cartografia e os usos de diferentes linguagens e representações espaciais são importantes para compreender a organização espacial e a relação sujeito espaço. Isto ocorre, pois, a Cartografia Escolar veio acompanhando o percurso da Geografia, assim, ao utilizar desenhos, mapas mentais, croquis, maquetes, entre outros, possibilitamos a representação de diferentes espaços vividos e práticas sociais.

Assim, a Cartografia Social surge com uma nova perspectiva.

É difícil, a princípio, pensarmos em uma cartografia que não seja “social”, dado caráter inexorável humano da atividade cartográfica. Mas a adjetivação “social” remete em geral ao contraponto ao oficial, ao estatal, ao econômico, enfim, ao hegemônico, ainda que estas sejam também constituições do social. A força desse termo é de exprimir um lugar no jogo do poder. Uma cartografia social seria, portanto, uma apropriação das técnicas cartográficas por parte dos grupos sociais. (GIRARDI, 2016, p. 83)

No entanto, a linguagem geográfica possibilita que o aluno compreenda o território, a construção de suas territorialidades e, portanto, reconheça a si mesmo no espaço a fim de afirmar a sua identidade.

Os objetivos cartográficos estão sendo utilizados como leituras (sociais) do território que são confrontadas às oficiais e/ ou de atores hegemônicos, mas também como instrumento de fortalecimento de identidade social e de articulação políticas, ou seja, na sua plenitude de instrumento de representação que exprime a realidade (segundo pontos de vista, posições definidas) e também ajuda a construir a própria realidade. (SANTOS, 2011, p.3-4).

A utilização de diferentes tipos de cartografia está relacionada à potencialidade do mapa. Assim, na Geografia, o uso do conhecimento cartográfico no ensino cria condições para que a criança faça a leitura do seu espaço vivido.

Dessa forma, os alunos e crianças utilizam imagens mentais relacionadas ao espaço de vivência e traçam seus percursos, no intuito de organizar seus lugares a partir dos seus limites que são marcados com o uso de informação captadas pela memória.

Ao falarmos de diferentes formas de se elaborar um mapa, trazemos como exemplo o trabalho com mapas mentais, no ensino de Geografia como proposta de mapear os lugares e fenômenos cotidianos, sem se preocupar em seguir as convenções cartográficas.

A importância desse modo de cartografar é fundamentada na ideia de que as chamadas cartas ou mapas mentais “são instrumentos eficazes para compreender os valores que os indivíduos atribuem aos diferentes lugares.” (GIRARDI, 2009, p.314).

Didaticamente, o uso desses mapas representa o mundo em que a criança está inserida, o seu lugar e a forma como a sua descrição é entendida como produto da cognição do indivíduo sobre a vivência. Esse tipo de atividade possibilita que o professor em sala de aula elabore representações sobre o espaço vivido dos alunos, no sentido de levá-los à interpretação do fenômeno espacial.

Dessa forma, consideramos a linguagem na formação humana. Neste sentido, estamos embasados na perspectiva de Bakhtin, que propõe a construção de uma concepção histórico-social da linguagem; e na de Vigotski, que desenvolveu a formulação de uma psicologia histórica fundamentada em suas obras *Linguagem como centralidade* e *Didática como um método*.

Bakhtin buscou demonstrar a relação entre linguagem e realidade tendo como base a existência histórica do homem construída a partir da relação com o outro, enquanto Vigotski situou a linguagem no âmbito da teoria histórico-cultural, procurando analisar que o homem, medido pela linguagem, constitui-se como sujeito social. Assim, os dois autores assumem que a linguagem não tem apenas um aspecto comunicativo, mas age como organizadora e planejadora da ação. Nessa perspectiva, o nosso ser e estar no mundo está sempre mediado pela linguagem.

O educador Paulo Freire reforça e problematiza a educação libertadora estabelecendo um elo entre a inclusão e a tolerância e o reconhecimento das diferenças do que constitui o humano. As relações dominantes em uma sociedade de classes refletem exploração, dominação e alienação, pois “se há algo intrinsecamente mau, que deve ser radicalmente transformado e não simplesmente reformado, é o sistema capitalista mesmo, incapaz, ele sim, de se resolver o problema de seus intentos ‘modernizantes’”. (FREIRE, 2002, p.69)

Um dos temas intrínsecos de reflexão para a Geografia diz respeito à relação homem e o meio, com o intuito de conhecer e compreender a dinâmica que determina a produção do espaço.

A produção do espaço é um processo contínuo de construção de territorialidades espaciais em diferentes escalas geográficas, envolvendo sempre a relação independente homem-natureza, natureza-homem. Isto significa que a produção do espaço só é possível via trabalho produtivo/social materializado pela energia do ser humano como ser social e como indivíduo, agente da produção e transformação social (GOMES, 1990, p.8).

Os mapas não constituem apenas meios de registros espaciais e/ou de dados, eles são instrumentos de pesquisa e formas de divulgação dos resultados obtidos com estudos em ciências, preocupados com as espacialidades como a Geografia. “O objetivo da representação cartográfica Temática de interesse à Geografia é este espaço, um espaço, um espaço humano resultante de sua produção ao longo do tempo”. (MARTINELLI, 1986, p.2)

O registro cartográfico caracteriza-se como um instrumento básico para registro e análise e o conhecimento geográfico. Pensar no ensino da Geografia e da Cartografia Escolar como possibilidade de intervenção no mundo, a partir de um sujeito histórico no processo de vir a ser. Disso resulta a importância, tanto dos conteúdos como da forma e do posicionamento a partir dos quais são abordados no cotidiano pedagógico das escolas.

MAPAS VIVENCIAIS

Para melhor compreender essas inúmeras infâncias e relações e lógicas estabelecidas pensamos nas questões cartográficas que são representações que desde pequenos retratamos, respeitando nossas lógicas individuais, mas que trazem uma carga de informações, vivências e considerações que durante muito tempo foi deixada desconsiderada relevante.

Quando recorremos a maioria dos mapas que circulam pelo mundo desconsideramos as referências infantis. Uma perspectiva teórico-metodológica que permite que as crianças cartografem o mundo são os mapas vivenciais (LOPES, 2018b). Os conceitos básicos que orientam essa metodologia são os conceitos de vivência e de reelaboração criadora.

O procedimento dos mapas vivenciais consiste, primeiramente, numa conversa coletiva entre o pesquisador e as crianças sobre categorias do espaço, a partir da construção da história e geografia humanas. Após esse diálogo, as crianças produzem os

mapas vivenciais a partir desses lugares previamente ofertados. Depois de finalizadas, as produções são narradas coletivamente. Onde advêm a busca pela singularidade da vivência e seu potencial criador. Cartografar o novo, as dimensões sociais e culturais que têm sua gênese a partir do mundo herdado são princípios balizadores desse processo e que os diferencia de outras perspectivas já utilizadas, como os mapas mentais, por exemplo (LOPES, 2018b).

A construção de um mapa vivencial não é pré-estabelecida, pois existem grupo, metodologia de aproximação, a faixa etária, suas formações, algumas questões. Para situações como essa são utilizadas outras metodologias para a construção dos mapas respeitando os caminhos e as lógicas individuais da geografia da infância.

CARTOGRAFIA SOCIAL

Compreendendo que a geografia da infância, a produção cartográfica feita pela crianças respeitando suas compreensões e interpretações e assim, construindo então os mapas vivencias, que ao consideramos seu processo de confecção, reforçamos a ideia de que as crianças são sujeitos criadores e autores inserido em um tempo, espaço e cultura, elas carregam em si e nas suas produções suas vivências do lugar de onde ele vem e assim, conseguimos pensar nas inquietações consideradas nesse trabalhando dialogando com a cartografia social.

Assim a cartográfica social, pode ser entendida como um braço da geografia da infância e participativa que permite a exibição de determinados conflitos territoriais como maneira de representá-la e fazer com que a comunidade possa lutar pelos seus direitos. Este é o verdadeiro significado da cartografia social, bem como seu papel de denunciar as irregularidades exercidas pelos conflitos em prol do grande capital, como acontece na maioria dos casos.

O ponto central dessa metodologia é a importância acerca das representações das comunidades pela cartografia, afirma Acselrad que "quando as comunidades viabilizam a construção de uma cartografia própria, elas não estão simplesmente retratando o espaço físico, mas reafirmando seus modos de vida, assim a "produção de mapas passou a integrar, as lutas simbólicas envolvidas no processo de produção cultural da paisagem e de seus elementos materiais" (ACSELRAD, ET AL, 2010, p. 5).

A partir das experiências de cartografar as realidades de determinadas comunidades não ficam restritas apenas a uma única e exclusiva visão que é a de delimitação territorial. Neste contexto deve-se considerar também a representação social, embora tais aspectos de construção dos próprios mapas por parte das comunidades

Portanto suas delimitações e qualificações territoriais a partir da visão dos próprios moradores revelariam a importância desse espaço para a comunidade, apontando zonas conflituosas, potencialidades e áreas de ação prioritária, uma vez que tal conhecimento produzido pode servir como estratégias de produção e controle sobre o território.

CRIANÇAS COMO AUTORAS DE UMA CARTOGRAFIA SOCIAL

Após a discussão e imersão acerca do entendimento da geografia da infância, cartografia infantil, mapas vivências e da reflexão e estudos relacionados a cartografia social tem sido pensada como uma das possibilidades de resistência contra as situações de conflito envolvendo disputas territoriais, principalmente em comunidades tradicionais como os povos indígenas, quilombolas, entre outros, afetadas diretamente pelo Estado e/ou o grande capital, que tentam desterritorializar tais comunidades.

A construção de um mapa participativo, assim como os mapas vivenciais propostos sob as lógicas das vivências e relações afetivas, onde as comunidades podem se auto representar, possibilitando mobilizações contra as tentativas de expulsão, e assim como, esta representação se faz essencial em territórios complexos como os espaços no Agreste e Sertão pernambucanos.

Estes espaços são historicamente palcos de conflitos e tensões territoriais não somente pelo grande capital, mas também pela própria atuação do Estado em situações desfavoráveis às chamadas comunidades tradicionais tais como os povos indígenas, quilombolas, agricultores familiares, assentados, dentre outros.

Em função dos processos de desenvolvimento e modernização regulado pela dinâmica desigual e combinada ao grande capital nas regiões. Acredita-se que a cartografia social e o mapa vivencial, poderá ser um instrumento técnico-científico para a criação de documentos cartográficos a partir do olhar do sujeito social, sujeito autor, frente a realidade local.

CONSIDERAÇÕES

Este trabalho pretendeu propor e evidenciar a importância que a vivência tem para a criação e atentar para a relevância das criações infantis, como o que realmente são: formas de reinventar e recriar o espaço, a realidade e a própria existência. Partimos do campo de estudo da Geografia da Infância em seu diálogo com a teoria histórico-social, em seus conceitos de vivência e de reelaboração criadora. Relacionando o conceito de vivência com o de reelaboração criadora, entendendo a relação de autoria da criança tem com o meio. A vivência ocorre no espaço pré-existente, num meio construído social e historicamente, mas vai para além disso: permite que se atribua sentido a essa realidade dada e a transforme.

Defendemos que as lógicas das crianças devem ser consideradas e valorizadas. Uma forma de expressão dessas criações, são os mapas vivenciais, que são atividades criadoras, pois, possibilitam a expressão das vivências das crianças, que reelaboram de forma criadora o meio em que as histórias e memórias humana vão se transformando.

Propondo uma possibilidade de que as crianças podem e devem ser vistas como potenciais criadores de uma cartografia social, que almeje a real importância da preservação das culturas tradicionais, que historicamente são marginalizadas e inviabilizadas pelos interesses do grande capital ou mesmo do Estado, seja ela, indígena, quilombola, ribeirinha, entre outras.

Os modos de vida e de infâncias podem ser diferentes, cada um com a sua particularidade e valores próprios, porém mesmo sofrendo transformações em função das miscigenações culturais, suas essências estão presentes, e essas não devem ser desconsideradas ou invisibilizadas, mas sim valorizando essas inúmeras histórias e geografias que devem ser exaltadas, para um melhor entendimento da importância dos seus direitos e da preservação de suas culturas, espaços, religiosidades entre outros aspectos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. **Sobre os usos sociais da cartografia**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Disponível em:

http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/geral/anexos/txt_analitico/ACSELRAD_Henri_-_Sobre_os_usos_sociais_da_cartografia.pdf ACSELRAD, Henri; VIANNA JR, Aurélio, ET AL. Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.

AMORIM, Marília. **O texto de pesquisa como objeto cultural e polifônico**. In Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 50, n.4, 1998, p. 79-88.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC. 1981.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1995.

BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

BARROCO, S. M. S. **Pedagogia Histórico-Crítica, Psicologia Histórico-Cultural e educação especial: em defesa do desenvolvimento da pessoa com e sem deficiência**. Palestra ministrada no Encontro de Pedagogia Histórico Crítica: 30 anos. UNESP-Araraquara, 2009.

BREDA, T.V. **“Porque tenho que ensinar lateralidade?” Experiências formativas com professoras dos anos iniciais**. Tese (Doutorado em Ciências e Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Universidade Autônomas de Madrid, Campinas, 2017.

CASTELLAR, S. A cartografia e a construção do conhecimento em contexto escolar. In: ALMEIDA, R.D. (Org.) **Novos rumos da cartografia escolar: currículo linguagem e tecnologia**. São Paulo: Contexto, 2011, p.121-135.

CAVALCANTI, L.S. Os conteúdos geográficos no cotidiano da escola e a meta de formação de conceitos. In: ALBURQUEQUE, M.A.M.; FERREIRA, J.A.de S. (Org.) **Formação, pesquisa e práticas docentes: reforma curriculares em questão**. João Pessoa: Mídia, 2013.

CAVALCANTI, L.S. **A geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativas**. Anais do I Seminário Nacional Currículo em Movimento-perspectivas atuais. Belo Horizonte, 2010.

CORSARO, William A. **Sociologia da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DEL PRIORE, Mary. (Org.). **Histórias das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto. 2015.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. 11^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 23^a reimpressão. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1996.
- GIRARDI, G. Mapeamento participativo, cartografia social e crítica: breves notas para um debate sobre práticas cartográficas escolares. In: SOUZA, C.J. de O., AGUIAR, L. M.B. de. **Conversações com a cartografia escolar**: p
- GRAUE, Maria E. & WALSH, Daniel J. **Investigação etnográfica com crianças**: teorias, métodos e ética. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- LOPES, Jader Janer Moreira. Geografia da Infância, Espaços Desacostumados e Mapas Vivenciais. In: **Eu ainda sou criança! Educação Infantil e Resistência**. São Carlos: EDUFSCar, 2018b. (No prelo).
- LOPES, Jader J.M; VASCONCELLOS, Tânia de. **Geografia da Infância: reflexões sobre uma área de pesquisas e estudos**. Juiz de Fora: FEME/UFJF, 2005.
- LOPES, Jader J. M. Geografia da Infância: percurso teórico-metodológico e contribuições da Teoria Histórico-Cultural. In **O pequeno visitante**: Espaço Desacostumado e a Geografia na Educação Infantil. Porto Alegre: Editora Mediação, 2016. (no prelo)
- LOPES, Jader J. M. **Mapas Narrativos e Espaços de Vivências: Cartografando os lugares de Infância** in LOPES, Jader Janer M.; FREIRE, Daniela (orgs). **Infância e Crianças: lugares em diálogos**. Cuiabá: EDUFMT, 2012b.
- MARTINELLI, M. **Os mapas de Geografia**. s/d. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/cartografia_tematica/leitura%202/1-MAPAS%20DA%20GEOGRAFIA.pdf. Acesso em: 15/08/2018.
- MORAIS, Aisiane Cedraz. O cuidado à criança quilombola no domicílio à luz da teoria transcultural de Leininger/ Aisiane Cedraz Moraes. – Salvador, 2013. 199 f.
- PRESTES, Zoia. **Quando não é quase a mesma coisa**. Traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil. Campinas. Autores Associados, 2012.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, R. E. dos. **Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder.** Revista Geográfica de América Central (online) n. especial EGAL, v.2, n.47, p.1-17, 2011.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. **Quarta aula:** a questão do meio na Pedologia. Psicologia da USP, São Paulo, 2010, 21 (4), 681-701. Trad. Márcia Pileggi Vinha.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. COLE, Michel... [et al], tradução José Cipolla Neto, Luis S. M. Barreto, Solange C. Afeche, 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010

VIGOTSKI, Lev Semionovich. **La crisis de los siete años.** In. VIGOTSKI, Lev Semionovich. Obras escogidas. Tomo IV. Madrid: Visor, 1996.

Brenda Martoni Mansur Corrêa da Costa

Professora efetiva de Ensino Básico Técnico Tecnológico no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestra em Educação e Geografia da Infância pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), pelo programa da Faculdade de Educação. Licenciada e Bacharela no curso de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora. Pós graduada em ensino de geografia do Brasil. Possui experiência na área de licenciatura em Geografia de primeiro e segundo grau, nas instituições Colégio de Aplicação João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora, Escola Estadual Francisco Bernardino, Escola Estadual Duque de Caxias, Colégio e Curso Professor Ricardo Musse, Espaço Pedagógico Educar, Colégio e curso nota 10, Academia de Comércio e Colégio Cristo Redentor e Centro Educacional Aprendiz e atualmente no Colégio de Aplicação (UFPE) Membro do Grupo de Pesquisa e Estudos em Geografia da Infância (GRUPEGI) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Universidade Federal Fluminense (UFF) cadastrado na CAPES/CNPq.

ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0002-4786-0193>

Email: brendamartoni90@gmail.com

Artigo recebido em 28/07/2021 e aceito em 08/08/2021